

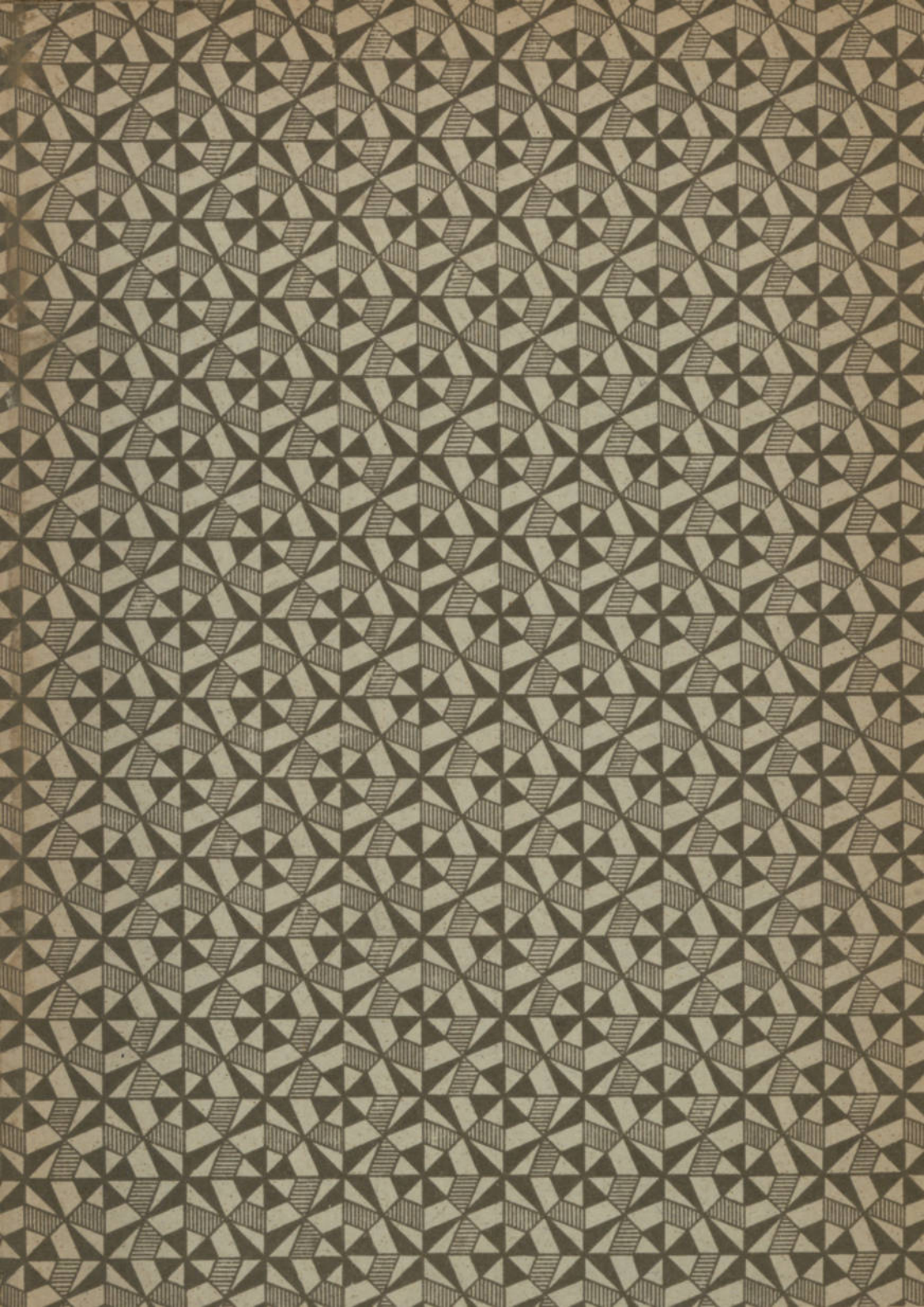
349

© "candidato da paz" e o
"candidato da pacificação"

S
N
I

1150







NA CAMPANHA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O "candidato da paz" e o
"candidato da pacificação"

*DISCURSO PROFERIDO POR S. EX.^o
O PRESIDENTE DO CONSELHO,
NA SESSÃO DE PROPAGANDA REALI-
ZADA NO PALÁCIO DOS DESPORTOS,
EM LISBOA, A 19 DE JULHO DE 1951.*



SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O A • 1 9 5 1

PSV
F.N.S.

INCORPORAÇÃO

COMITÊ MUNICIPAL DE SAÚDE

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO

"O candidato da paz"

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO

O PENSAMENTO DE SALAZAR

NA CAMPANHA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O "candidato da paz" e o "candidato da pacificação"

*DISCURSO PROFERIDO POR S. EX.^a
O PRESIDENTE DO CONSELHO,
NA SESSÃO DE PROPAGANDA REALI-
ZADA NO PALÁCIO DOS DESPORTOS,
EM LISBOA, A 19 DE JULHO DE 1951.*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O A • 1 9 5 1

O PENSAMENTO DE SALAZAR

NA CAMPANHA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O "candidato da paz" e o
"candidato da pacificação"

MEMBRO PROPRIO POR 2 RE
O PRESIDENTE DO CONSELHO
NA REGIÃO DE PROTECÇÃO REAL
EM 1934 NO PÁRQUIO DOS DESPORTOS
EM LISBOA, 1 DE JULHO DE 1934

SECRETARIADO NACIONAL DA BIBLIOTECA

L I B R O S • 1 9 3 4

Sempre pensei que não tivesse necessidade de falar. «Cansado» segundo confissão minha, «gasto» por sentença da opposição, «abúlico e letárgico», como diagnosticava há dias órgão de imprensa estrangeira, julguei que seria desta vez poupado às injúrias da liberdade.

Mas a presente campanha é curiosa sob muitos aspectos e um deles é que, não tendo querido apresentar a minha candidatura, sou eu sobretudo ou a minha má sombra que, simbòlicamente, já se sabe, com mais furor tem sido alvejada. (Isto acredita aliás o candidato da União Nacional que não tenho assim de elogiar ou defender.)

Acresce que de aqui e de além, em sectores habituados a sobrepor puras abstracções às mais evidentes realidades do momento e da vida, se têm ouvido palavras de abstenção e pedidos de neutralidade, e umas e os outros têm de ser contraditados: nem à consciência política pode ser nunca indiferente a escolha do Chefe do Estado, nem se pode acusar o Governo de tolher a liberdade de alguém só por indicar a todos o melhor caminho.

Falarei muito pouco e esforçar-me-ei por dizer apenas o essencial. Tenho visto o bastante para nas questões postas poder fazer ràpidamente o meu juízo e sem presunção ajudar a esclarecer o alheio.

Eu não poderia definir com maior justeza as candidaturas oposicionistas nem a nosso jeito caracterizá-las melhor do que o fizeram os próprios candidatos nos seus manifestos e declarações. Leio num deles este apelo: apoiai «o candidato da paz». Vejo noutros lugares afirmado o propósito de «pacificação da família portuguesa» e a referência ao imperativo do dever patriótico de «uma política de pacificação para todos os Portugueses». Portanto e por suas mesmas palavras — candidato da paz, um; candidato da pacificação, outro. O primeiro tiraria de uma posição em política externa as directrizes para a solução dos problemas nacionais; o segundo partiria de uma atitude sentimental de pacificação interna para o mais que havia de fazer ou deixaria destruir.

Comecemos por aquele.

Como se explica ser a paz almejada por todos e constituir bandeira apenas de alguns?

Não pode negar-se a ânsia e necessidade de paz sentidas em todo o mundo. Quem fez a guerra, quem viveu a guerra, quem directa ou indirectamente lhe sofreu as repercussões económicas ou assistiu e participou nos inenarráveis sofrimentos a que deu causa, não pode deixar de querer varrê-la da face do Mundo.

Com uma ingenuidade, porém, que abona os seus sentimentos pacíficos, mas não por igual forma a clarividência da sua política, as chamadas potências ocidentais pensaram atingir aquele objectivo desarmando e desmobilizando, enquanto a Rússia adoptara o processo mais realista e seguro de multiplicar

as armas e reforçar as posições, não já como política de paz, mas como base de uma política de expansionismo e de hegemonia. E tendo acontecido que muitos factos se encarregaram de matar as últimas ilusões acerca do que ela pretendia, o Ocidente teve de rever as suas atitudes e começou o reforço intensivo dos seus meios de defesa. Então o objectivo russo da paz passou a ser prosseguido por duas políticas contrárias: uma por força da qual a Rússia comunista e os seus satélites se armam; outra por meio da qual se pretende que o Ocidente desarme. Esta é a política da paz, e quando prosseguida para cá do pano de ferro, sinal do comunismo, bandeira da sua expansão.

É desta posição-base que havia de derivar a acção restante. Ninguém conhecedor dos dados fundamentais destas questões pode acreditar na possibilidade de um governo comunista em Portugal. Pouco importa; havia de fazer-se o que se pudesse. O comunismo teria de ser um dos grupos aglutinados em frente popular e esforçando-se através dela por dissolver e fazer ruir, desde a moral à económica, as defesas da Nação. Sem falar em comunismo, sem decretar comunismo, sem operar as grandes reformas agrárias, possivelmente mesmo evitando as nacionalizações, se não visse preferência em promovê-las para arruinar os respectivos sectores da produção, desviando o comércio para rumos convenientes, deixando cair a força armada, abrindo as portas à espionagem organizada através da representação diplomática e consular, a política do «candidato da paz» constituiria, com graves consequências imediatas ou futuras a que nem quero aludir, o grande serviço a Moscovo. Ela abriria uma falha no dispositivo ocidental de defesa e constituiria potencialmente séria ameaça para os planos desta.

O candidato da paz é também pela liberdade; sem dúvida a liberdade de preparar a sujeição a Moscovo. Mas, preparando e aceitando esta, evitaria ao menos a guerra? Meu Deus! Não. Tal política colocava-nos pela sua cegueira precisamente na frente de batalha e faria de nós um dos primeiros e decisivos objectivos da luta, com o gravíssimo inconveniente de nos colocar do lado contrário àquele em que se situam os nossos interesses permanentes.

II

Passemos ao «candidato da pacificação», e ponhamos de lado qualidades e propósitos, supondo sejam os melhores. Muitos homens pensam que as suas boas intenções têm acção decisiva nos acontecimentos, e não é exacto. O que determina a marcha dos acontecimentos não são as intenções e nem mesmo actos isoladamente considerados influem neles decisivamente: são sobretudo as posições de onde procede e em que se inspira o conjunto da acção.

Nós temos na história dos nossos dias dois casos ou dois períodos de uma política confessada ou deliberada e intencional de pacificação ou de acalmação, como então se dizia, um em monarquia, outro em república, e, por desagradável coincidência, ambos também da responsabilidade de almirantes da nossa gloriosa marinha de guerra. O primeiro seguiu-se ao assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe, e foi conduzido por Ferreira do Amaral na chefia do Governo; o segundo seguiu-se ao assassinato de Sidónio Pais e por ele respondeu o Presidente Canto e Castro.

O duplo assassínio do Terreiro do Paço fez terminar trágicamente a primeira tentativa autoritária da Europa contempo-

rânea, a tímida ditadura de João Franco. Não se podia duvidar nem da inteligência, nem da inteireza, nem da honestidade administrativa desse homem e dos seus colaboradores. Tão-pouco se pode hoje pôr em dúvida o patriotismo, as elevadas intenções, a clara e larga visão do monarca. A exacerbação das paixões em que os republicanos não tiveram de exceder-se aos monárquicos dos partidos não justifica nada, mas explica tudo — explica sobretudo a subversão dos critérios morais que é por onde os povos começam a afundar-se na degradação. E resolveu-se acalmar as forças políticas e subversivas sobreexcitadas, com medidas de clemência e de esquecimento.

O princípio monárquico pretendeu então contemporizar em incríveis tolerâncias ideológicas e práticas. E o Conde de Arnoso, considerado importuno a reclamar justiça nos Pares, ficou como o símbolo da fidelidade ao Rei e do protesto inútil da consciência moral do País.

De degrau em degrau, pacificando, acalmando, até ao ponto de deixar glorificar os regicidas, a monarquia descia como possibilidade de reacção salutar e de governação eficiente. As lutas políticas, os conluios partidários, a desagregação dos elementos de ordem completaram o descrédito das instituições. E à sombra da mesma pacificação que pretendia salvar a monarquia, proclamou-se a república. — Anoto, não critico.

*

*

*

Não pode contestar-se que o novo regime trouxe consigo um sopro de vida nova ao país cansado e descrente. Não pode negar-se nem a fé dos que o fizeram nascer nem a onda de misticismo patriótico e de propósitos renovadores, nem a capaci-

dade de muitos homens públicos que revelou, nem a seriedade da obra que nalguns limitados sectores ainda pôde empreender. Simplesmente a formação doutrinal dos republicanos situava-se na mesma linha ideológica do constitucionalismo monárquico, em que todos se haviam educado e muitos deles serviram. Pelo que as instituições resultantes e os costumes políticos viriam a ser essencialmente idênticos àqueles a que sucederam, com alguma ordem a menos e algumas violências a mais.

Vistas à luz de experiências posteriores, as dificuldades de aclimação e de reforma não seriam insuperáveis, embora a nossa intervenção na primeira Grande Guerra multiplicasse e agravasse os obstáculos a vencer. O facto, porém, é que, mercê do agravamento das condições políticas e do espírito subversivo que ficara minando o corpo social, o regime não pôde verdadeiramente normalizar-se ou estabilizar-se, e o sidonismo surgiu na vida nacional como a primeira reacção séria contra um estado de coisas que por este ou aquele motivo o País repelia.

Não pode, a meu ver, considerar-se notável, sob vários aspectos, a administração sidonista. Mas a consciência nacional estava de tal modo ansiosa por um princípio de ordem e pelo restabelecimento da hierarquia natural dos valores na vida portuguesa que seguia Sidónio Pais, mesmo nos seus erros e deficiências, com o entusiasmo, o carinho, a devoção com que as multidões seguem os grandes triunfadores.

Durou a experiência um ano só, convulso, apaixonado, em certo sentido heróico. E num ambiente em que reboavam hossanas, mas se sentia pesado do espírito de revindicta e de ódio, o Presidente foi assassinado. — E segue-se a segunda tentativa de uma política caracteristicamente pacificadora da família portuguesa.

O período é gravemente perturbado pela monarquia do Norte e por Monsanto, actos que o Rei D. Manuel achara pelo menos inoportunos, e podem ter exercido influência no desenrolar dos acontecimentos, mas estes seguiriam o seu curso.

Sidónio é morto em 14 de Dezembro de 1918, e logo em 16 morre o presidencialismo pela reposição integral da Constituição de 1911 e a eleição pelo Congresso do novo Presidente da República. Mas o Congresso tem maioria sidonista e minoria monárquica, e o Governo era ainda o de Sidónio. No fim de Janeiro uma destas posições está perdida pela constituição de um ministério de concentração de todos os partidos políticos, e no fim de Fevereiro a outra com a dissolução do Parlamento.

Segue-se outro Governo; pelo método que também em política se pode chamar das aproximações sucessivas, no fim de Março, no terceiro mês portanto, já a presidência do Governo era entregue ao partido democrático, e nas eleições de Maio já a maioria lhe pertencia, como era de justiça e de razão. E lógicamente, no fim de Junho, esse partido reconquistava, com outro Governo ainda, o pleno poder que lhe fora retirado pela revolução sidonista.

Havia pouco mais de seis meses. E o bom do Almirante que era um homem excelente, em tão curto espaço de tempo, destruíra o regime, negara o chefe e a sua obra, entregara o poder aos seus inimigos, assegurara a instabilidade governativa, não apaziguara as paixões políticas, e o destino inclemente não o poupou sequer à solidariedade que teve de emprestar com a sua assinatura a esse clamoroso escândalo dos célebres decretos antedatados de 10 de Maio. Não pôde abandonar o seu posto no começo de Junho, como pedira. Refugiou-se então, como se lê na carta de renúncia frustrada, dirigida ao Presidente do Con-

gresso, refugiou-se no pensamento de que justiça seria feita aos seus actos «pela pura intenção que os determinou». Bastava certamente diante de Deus; era pouco talvez para o bem da Pátria e o juízo da História.

*

*

*

Ambas as situações, pois, destruíram o que ambicionavam conservar; ambas agravaram as divisões que procuravam resolver; ambas reconstituíram o estado de coisas a que quiseram dar remédio. Isto é um aviso à presunção dos homens que pensam poder dominar as realidades sociais; estas dimanarão não das boas intenções, mas da posição em que aqueles se colocam e das forças que daí possam dirigir.

Quando o poder se esquivava a distinguir o bem do mal e o justo do injusto; e pretende ser neutral entre a ordem e a desordem; e se dispõe a reconhecer como legítimos tanto o uso como o abuso da liberdade; e cede perante pressões ilegítimas; e permite desenvolverem-se movimentos emocionais de massas desviadas pela paixão; e deixa desafiar impunemente a sua autoridade pelos ambiciosos e aventureiros — é fatal que se avolumem, como ondas alterosas, as reivindicações e as queixas, as exigências injustificadas, as ambições desmedidas e as acusações sem prova. Então as situações políticas, sucessivamente expulsas de todas as trincheiras, são inteiramente batidas nos últimos redutos.

Quando se nos diz do outro lado que o poder não cairia na rua, faz-se uma afirmação ou uma promessa que a sociologia

não abona e a história da nossa acidentada vida política claramente desmente.

III.

As duas políticas de acalmação a que aludi foram prosseguidas em períodos da maior agitação política: os espíritos perturbados e surpresos não podiam talvez avaliar até onde levariam as paixões desencadeadas e queriam vencê-las pela generosidade. É mais difícil de explicar agora em plena acalmia este artificioso apelo ou propósito de uma política de pacificação da família portuguesa que não parece desavinda, nem infeliz, nem desvairada pela paixão, mas tranquila e em ordem, ocupada no seu trabalho e sossegada em seu espírito.

Entendamos que os políticos são dados a visões estranhas e dispõem para a interpretação dos factos de um sistema de medidas que não é o nosso. O candidato oposicionista de 48-49 afirmava ter o apoio de 80 % das mulheres portuguesas. O candidato dos comunistas assegurava ter consigo o povo. Os comunicados do sr. Almirante Quintão Meyrelles dizem-no apoiado pela maioria da Nação.

Li ou ouvi que o Rei D. Carlos perguntara uma vez a José Luciano que, ao expor-lhe a situação política, se referira ao descontentamento do País: «Mas o que é o País?» «O País, meu Senhor — respondeu o velho chefe do Partido Progressista — o país... são os políticos.» Acho a frase luminosa e própria para a compreensão do momento actual.

Quando a gente se põe a considerar o que é uma colectividade nacional na sua mais vasta projecção histórica — na trama secular que lhe fixou o território, caldeou o ser, formou

o carácter, solidarizou as gerações, constituiu a tradição, determina a actividade presente e as possibilidades da acção ou influência futura pelo seu génio ou sacrifício; quando a gente se debruça, como a cada momento faço, sobre a realidade nacional, na variedade e dureza do trabalho dos homens a que a natureza os tem condenados, na solidariedade dos seus interesses e actividades, na soma das realizações colectivas que lhes possibilitam o trabalho, defendem a saúde, exaltam o espírito e alegam a vida, não posso aceitar que esse ser moral, com suas tradições e glórias, suas alegrias e penas, suas necessidades e aspirações, se confunda, já não digo com os políticos que a perturbam, mas com os governantes que procuram servi-la.

Quando, porém, se pensa que, no regime então existente e que a república de 1910 continuou, a Nação se identifica politicamente com o eleitorado e que os órgãos supremos do Estado são a simples expressão desse reduzido corpo de eleitores, nada mais lógico que identificarem-se com ele os políticos que dizem representá-lo. Sentimo-nos então impelidos a gritar à memória do velho mestre da astúcia e do xadrez parlamentar que ele nos deu, através de uma mentira sacrílega, a flagrante verdade das instituições.

Eis porque algumas pessoas podem arrogar-se a representação de todas as inquietações e ansiedades nacionais, e chegar a convencer-se, por generalização abusiva do seu estado de espírito, e mesmo, como tem sido o caso, quando não dispõem senão de ínfima parte do eleitorado, que as suas ideias e ambições são partilhadas pela Nação inteira.

Eis também porque nós tentámos abrir outros caminhos e buscamos outras soluções mais próximas da realidade e que melhor possam exprimi-la ou representá-la com justeza. Há de-

certo muitas mais formas de conhecer a vontade da Nação do que a consulta das urnas.

IV

Se somos um movimento com ideias e não um partido com chefes, temos de dizer que nunca os mais categorizados representantes da candidatura oposicionista pertenceram ao Estado Novo. Não é justo dizer-se de nós que traímos nem com verdade dizer-se deles que desertaram: todos nos encontramos ainda nas mesmas posições e ao serviço das mesmas ideias, como há vinte e cinco anos. Sobretudo constituiria grave deturpação da verdade histórica considerar dissidência ou cisão no nosso seio o que representa apenas a reafirmação dos mesmos antagonismos do começo.

Quando se revê o processo segundo o qual da nebulosa primitiva do 28 de Maio se desentranhou toda a acção política posterior, tem de reconhecer-se que, formando aliás um bloco na sua feição negativa e crítica quanto à ordem de coisas existente, as pessoas mais directamente envolvidas no movimento revelaram logo de começo duas orientações divergentes: uma contentar-se-ia com um período mais ou menos largo de ditadura administrativa que permitisse resolver alguns problemas, enfraquecer o partido dominante, até aí quase exclusivo detentor do poder, e formar à direita um agrupamento partidário, mais coeso e forte do que os partidos que as circunstâncias anteriores tinham permitido constituir; a outra orientação tenderia a uma reforma mais profunda — administrativa, moral e política — que podia ir tão longe quanto o permitisse o condicionalismo nacional e o

exigisse o imperativo da salvação pública. Aquele perturbado período em que alternaram nos primeiros lugares o sr. Almirante Cabeçadas e o Marechal Gomes da Costa, como a experiência apaziguadora Ivens Ferraz e a reacção do governo Domingos de Oliveira, são susceptíveis de explicações ocasionais, mas no fundo era sempre o mesmo problema — começar vida nova ou tornar a entregar aos componentes dos partidos, para prosseguimento da vida e organização partidárias, a administração e o Governo do País.

À parte a ingenuidade de pensar que em puro regime liberal a arrumação de forças partidárias pode ser objecto de decreto-lei ou emanar de acto do Governo, a atitude oposicionista não é, neste domínio e sob este aspecto, de estranhar nem de envergonhar ninguém: é apenas reincidir em erros já comprovados, embora se abonem com numerosos exemplos estrangeiros.

Falar, porém, em criminosos desvios da Revolução, falar em repor o 28 de Maio na sua pureza primitiva faz sorrir: as candidaturas em presença hoje são ainda a expressão do antagonismo inicial.

Eu — pobre de mim! — que não tenho serviços na preparação ou eclosão do 28 de Maio, tão inspiradamente realizado pelo Exército, também não devia ser acusado do feio crime de traí-lo. O meu mérito ou demérito foi apenas interrogar em certo momento, concretamente, o País para que respondesse com clareza ao seguinte:

— Entende-se que se pode garantir a sequência de uma boa administração sem base política, doutrinal e institucional, que assegure a estabilidade de um Governo forte e independente?

Resposta: *não*.

— Entende-se que o sistema de instituições existente, de base partidária e parlamentar, garante a necessária estabilidade governativa e permite a esperança de governos coesos e de carácter puramente nacional?

Resposta: *não*.

— Entende-se que, com a reforma administrativa, se prosiga também a reforma dos costumes políticos, da mentalidade geral, da economia metropolitana e ultramarina, da moral individual, familiar e social, das condições do trabalho?

Resposta: *sim*.

— Entende-se que, com tais propósitos, se deve fazer apelo a todos os Portugueses de boa vontade, dispostos a aceitar meia dúzia de princípios fundamentais que se encontram na base das aludidas reformas, sem embargo das filiações partidárias anteriores ou de preferências sobre a chamada questão do regime?

Resposta: *sim*.

E nasceu a União Nacional. E nasceu o Estado autoritário e corporativo, legitimamente constitucionalizado, e em face do qual renasce mais uma vez a tentativa de reconstituição partidária.

O ataque frontal de 48-49? O ataque de flanco de 51, com supostos aliados na praça? Simples acidentes sem importância, estes; a questão é outra e de muito maior transcendência: pretende-se de um lado governação eficiente; busca-se do outro regressar a uma política que só pode ser, como está exuberantemente demonstrado, agitação vazia, estéril e malsã. Há que escolher; melhor, há que manter a escolha feita.

Se não fôssemos inclinados a excessivo teorismo, com repugnância a cotejar as fórmulas abstractas com os factos e as realidades da vida, esta disputa sem interesse teria há muito acabado e ter-se-ia conseguido o máximo «alargamento de base» que a opposição debalde procura realizar. Fez-se uma experiência que não deu. Só é razoável que continue a trabalhar-se dentro da que tem dado provas evidentes de eficiência e adaptabilidade às condições do País. Mas os políticos são em geral inconvertíveis, pelo que hão-de continuar a debater-se nas teias de aranha das suas concepções, em vez de erguerem o olhar e o ânimo para as grandes tarefas que nos aguardam e são as únicas com real interesse para a Nação.

*

*

*

A eleição que se avizinha é acto político da maior transcendência diante do qual nenhuma consciência patriótica se pode manter indiferente. Desprovidos de outra fonte de legitimidade da suprema magistratura, não temos senão que apelar para a manifestação da vontade nacional a fim de que designe por meio do voto quem deverá exercê-la. Mas não é suficiente ganhar. É preciso que seja consagrado pelo voto e aplauso da Nação inteira aquele que por suas qualidades e princípios dá todas as garantias da continuidade e estabilidade do regime: o General Craveiro Lopes.

Vós ouvis-me bem. Muitos em todas as terras portuguezas, aqui e além mar, estarão seguindo com o coração este mesmo apelo. Alguns, porém, taparão os ouvidos para não ouvir como têm fechado os olhos para não ver. Pois é preciso que gritemos tão alto a verdade, que dêmos tal relevo à verdade que os surdos a ouçam e os próprios cegos a vejam.

1881

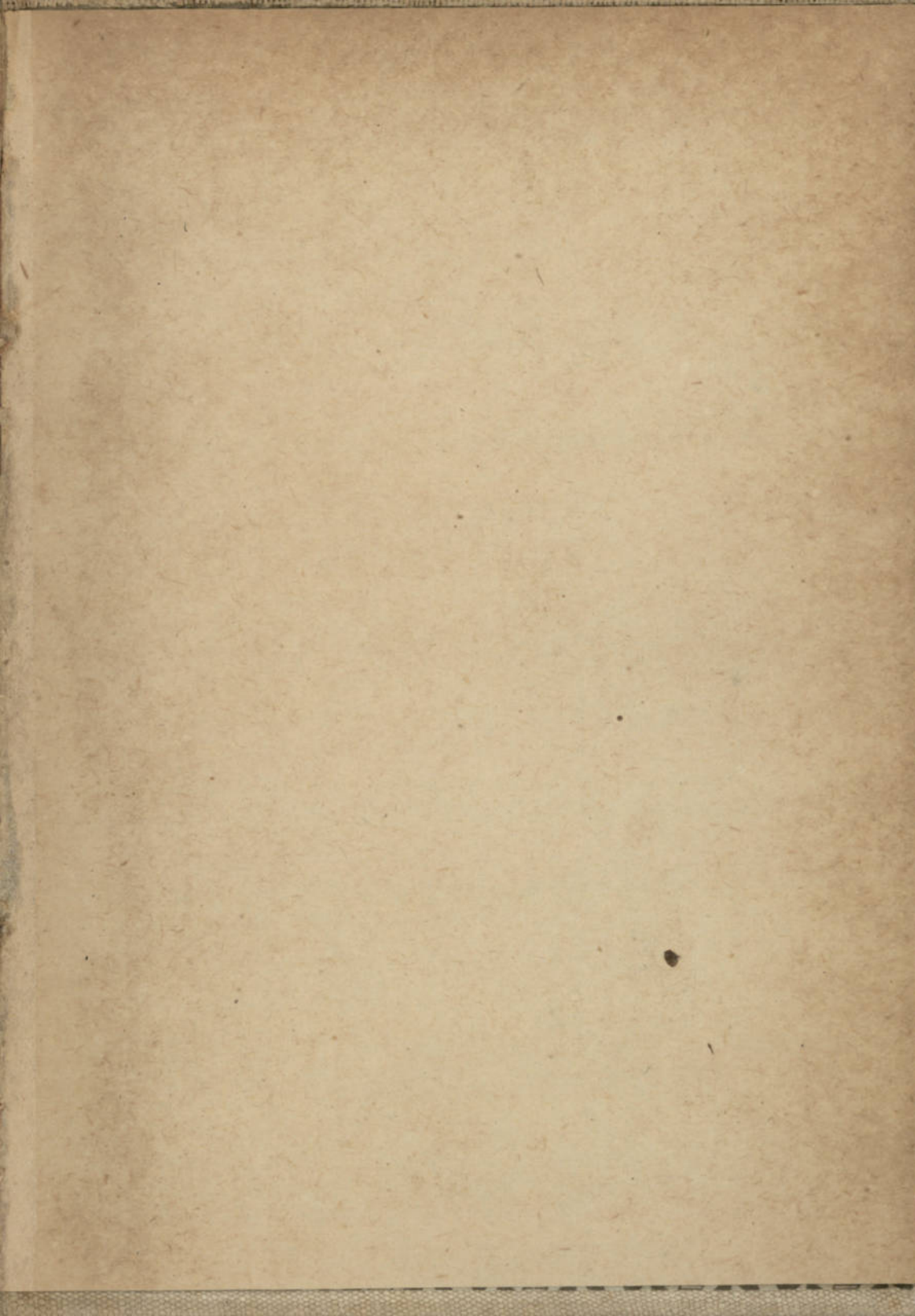
1 M 2

1881

EDIÇÕES

S N I

LISBOA



NB



#EFG0000516579#

S.N. 1